

LEI Nº 4.718
DE 12 DE JANEIRO DE 2026

(Projeto de Lei nº 18/2025 – Autor: Vereador Francisco José Nogueira da Silva)

***DISPÕE SOBRE A IDENTIFICAÇÃO DOS
LOCAIS PÚBLICOS E/OU PARTICULARES
QUE CONSTITUEM O CAMINHO DA
MEMÓRIA, DA VERDADE E DA JUSTIÇA
DO PERÍODO DA DITADURA MILITAR NO
MUNICÍPIO DE SANTOS, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.***

ROGÉRIO SANTOS, Prefeito Municipal de Santos,
faço saber que a Câmara Municipal aprovou em sessão realizada em 09 de dezembro
de 2025 e eu sanciono e promulgo a seguinte:

LEI Nº 4.718

Art. 1º Fica instituída no Município de Santos o
Caminho da Memória, da Verdade e da Justiça acerca do período que compreendeu a
Ditadura Empresarial-Militar.

Art. 2º O Caminho da Memória, da Verdade e da Justiça
de Santos promoverá a identificação e o reconhecimento público dos locais onde
houve torturas, interrogatórios, prisões e repressões ilegais, assassinatos e outros atos
que contra o exercício da Democracia, além dos que foram palco das manifestações
públicas de resistência no período da Ditadura Militar e na reconquista da autonomia
política da Cidade.

Art. 3º Estabelece a colocação de placas alusivas a
situações vivenciadas nos locais públicos identificados por pesquisas históricas,
acadêmicas, matérias jornalísticas e outras citações, corroboradas, entre outros, pelos
depoimentos colhidos pela Comissão da Verdade do Município - Prefeito Esmeraldo
Tarquínio, que reuniu relatos de historiadores, vítimas sobreviventes e familiares.

GABINETE DO PREFEITO

Art. 4º Ficam estabelecidos como locais identificados para a construção da memória histórica e pública da Verdade no Município:

I – Sítio de Consciência Raul Soares, Armazém 8, no Porto, de onde embarcavam para o Navio-presídio Raul Soares os presos políticos;

II – Cadeia Velha de Santos, na Praça dos Andradas, Centro;

III – Primeiro Distrito Policial, Palácio da Polícia de Santos, Rua São Francisco, nº 136, Centro;

IV – Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio de Santos, Praça José Bonifácio, nº 59, Centro;

V – Centro dos Estudantes de Santos, Avenida Ana Costa, nº 308, Encruzilhada;

VI – Casa da Família Rubens Paiva, Avenida Presidente Wilson, nº 14, Gonzaga;

VII – Sindicato dos Metalúrgicos, Avenida Ana Costa, nº 55, Vila Mathias;

VIII – Sindicato dos Administradores Portuários, Rua Júlio Conceição, nº 91, Vila Mathias, que sofreu intervenção direta do regime dos militares;

IX – Sindicato dos Operários Portuários, Rua General Câmara, nº 258, Centro;

X – Sindicato dos Estivadores, Rua dos Estivadores, nº 101, Paquetá, sofreu intervenção direta do regime ditatorial;

XI – Sindicato dos Petroleiros, Avenida Conselheiro Nébias, nº 248, Paquetá;

XII – Sala Princesa Isabel, no Palácio José Bonifácio, Praça Mauá, s/n, Centro;

XIII – Palácio José Bonifácio, Praça Mauá, s/n, Centro;

XIV – Casarão localizado na Avenida Conselheiro Nébias, nº 584, esquina com a Rua Alexandre Herculano, no bairro Paquetá, que abrigou o terceiro Distrito de Polícia do DEREX (Regional de Polícia da Região de São Paulo Exterior), subordinado ao DEOPS (Departamento Estadual e Ordem Política e Social);

XV – Cemitério Municipal da Areia Branca, Avenida Nossa Senhora de Fátima, s/n, Areia Branca, local de sepultamento de Eduardo Colen Leite (O Bacuri), assassinado pela ditadura em 08/12/1970 e sepultado às 17 horas, do dia 09/12/1970, no jazigo 07 da carneira 29;

GABINETE DO PREFEITO

XVI – Cemitério Municipal do Paquetá, localizado na Rua Dr. Cochrane, s/nº - Paquetá, Santos (SP), local de sepultamento de Esmeraldo Soares Tarquínio de Campos Filho, eleito Prefeito de Santos em 1968 com cerca de 45 mil votos, tornando-se o primeiro prefeito negro eleito da cidade. No entanto, antes de tomar posse, teve seu mandato cassado pela ditadura militar, passando a história como um símbolo da resistência democrática no Brasil. Seu corpo está sepultado na ala 17ª, jazigo nº 067;

XVII – Passeio público defronte ao número 1044 da Avenida Senador Pinheiro Machado, antiga bilheteria da extinta Rápido Zefir, local em que ocorreu a prisão de Sônia Maria Lopes de Moraes Angel e Antônio Bicalho Lana;

XVIII – Bacia do Macuco, Avenida Siqueira Campos, Macuco;

XIX – Colégio Canadá, Rua Mato Grosso, nº 163, Boqueirão;

XX – Hospital dos Estivadores, Avenida Conselheiro Nébias, nº 401, Encruzilhada;

XXI – Edifícios do atual Museu do Porto de Santos e da Autoridade Portuária de Santos, situados na Avenida Rodrigues Alves, s/nº, Macuco.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Palácio “José Bonifácio”, em 12 de janeiro de 2026.

ROGÉRIO SANTOS
Prefeito Municipal

Registrada no livro competente.

Departamento de Registro de Atos Oficiais do Gabinete do Prefeito Municipal, em 12 de janeiro de 2026.



GABINETE DO PREFEITO

NATÁLIA LUCENA DOS SANTOS

Diretora do Departamento